

# ALAVANCA 40<sup>h</sup> NO MÁXIMO!

Passam 101 anos da primeira comemoração do 1.º de Maio.

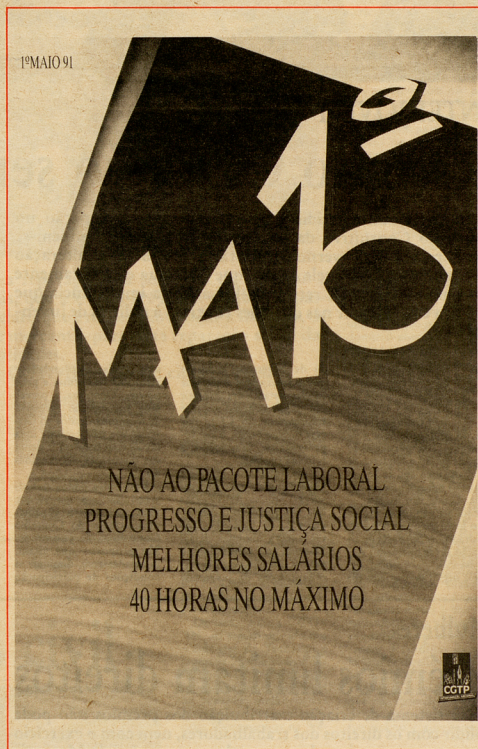
Este ano, os trabalhadores têm pela frente um quadro político-sindical complexo, a exigir redobrados esforços e grande empenhamento.

Mais uma vez é necessário um grande espírito de unidade e solidariedade.

Uma grande expressão pública das manifestações do 1.º de Maio será o suporte seguro para o êxito das grandes lutas que temos pela frente.

Em clima de confiança, vamos lutar, neste 1.º de Maio contra o Pacote Laboral, por melhores salários, por 40 horas no máximo e pelo progresso com justiça social.

Um grande 1.º de Maio na rua será a demonstração da nossa vontade e querer colectivo.



## EDITORIAL

### Todos ao 1.º de Maio

A declaração de inconstitucional formal do Pacote Laboral constitui simultaneamente uma enorme derrota social e política do Governo e uma vitória significativa dos trabalhadores e da CGTP-IN.

No que respeita às apreciações feitas pelo Tribunal Constitucional sobre aspectos materiais do diploma, o mínimo que se poderá dizer é que são estranhas e que relevam de questões políticas, que não jurídico-constitucionais, por isso nos merecendo as maiores reservas.

Com efeito, declarada a inconstitucionalidade formal de um diploma, ou seja, a sua total desconformidade com a Constituição da República, isto significa que esse diploma está globalmente ferido de morte.

Sempre o dissemos — e voltamos a repeti-lo — que o Governo deve abandonar o seu Pacote Laboral.

Desde logo, porque os seus conteúdos centrais são claramente contrários à mais elementar noção de justiça social, pondo em perigo direitos essenciais e a organização e gestão da vida privada dos trabalhadores e das suas famílias.

Qualquer tentativa de alteração da legislação laboral tem de ser organizada pela Assembleia da República, a partir de uma ampla discussão pública do conteúdo e que nem o Governo nem o patronato se poderão eximir.

Tal discussão será concluída na demonstração da grande injustiça que constitui esta tentativa legislativa do Governo.

Se o Governo, em simultâneo, tentar discutir também matérias para as quais não está autorizado pela Assembleia da República, está a falsear e subverter a legalidade democrático-constitucional.

A esse propósito lembra-se aqui que o Governo só com autorização legislativa poderá legislar sobre contratação colectiva, lay-off, balanço social e trabalho doméstico já que são matérias da exclusiva competência da Assembleia da República, que cabem no capítulo dos Direitos, Liberdades e Garantias dos Cidadãos.

Uma palavra para as reformas antecipadas: tal como se encontra, esta lei é inaceitável.

Não só ninguém pode ser compulsivamente reformado, como os valores previstos como mínimo (25% do salário) são, de todo em todo e absolutamente, inaceitáveis.

Só o aumento da participação e a luta dos trabalhadores levará à derrota do Pacote Laboral, à melhoria dos salários e das reformas, à diminuição do horário de trabalho, factores sem os quais não haverá, no nosso país, progresso com justiça social.

Dai a importância da presença e participação de todos os trabalhadores, repete-se, todos os trabalhadores, nas manifestações do 1.º de Maio que terão lugar por todo o país.

Manuel Lopes

# PACOTE LABORAL ESTACA ZERO

O processo legislativo do Pacote Laboral voltou à estaca zero.

O Tribunal Constitucional chumbou a autorização legislativa da Assembleia da República por inconstitucionalidade formal.

Agora, o Governo e patronato vão ter de «suportar» uma discussão pública, que queriam evitar.

Os perigos e as graves implicações sociais e humanas que estão contidas no Pacote Laboral têm de ser salientados e dados a conhecer.

Agora, temos de transformar a derrota política do Governo numa grande vitória do Movimento Sindical.

O Governo deve abandonar os projectos que atentem contra direitos fundamentais dos trabalhadores.

Aos trabalhadores está colocado um desafio que exige pragmatismo, trabalho unitário e muito esclarecimento.

Decreto-Lei 43/91, 22-1  
altera as fórmulas de  
retenção do IRS

Portaria 100/91, 4-2  
— actualiza as remunerações dos trabalhadores das instalações de previdência

Portaria 99/91, 2-2  
— regulamenta a afectação dos preços dos serviços de reparação automóvel

Decreto-Lei 72-A/91  
— disposições sobre execução orçamental

Decreto-Lei 75/91, 14-2  
— estabelece medidas de protecção das aves que vivem no estado selvagem em Portugal, bem como sanções para o seu incumprimento.

Decreto-Lei 79/91, 19-2  
— simplifica o procedimento a seguir pelas associações juvenis inscritas no RNAJ

Portaria 157/91, 21-2  
— aprova as tabelas de subsídio de renda de casa para vigorarem no ano de 1991

Decreto-Lei 95/91, 26-2  
— aprova o Regime Jurídico de Educação Física e do desporto escolar

Portaria 181/91, 4-3  
— autoriza no âmbito do seguro de investimento directo português no estrangeiro e através de apólice de seguro, a cobertura de vários riscos.

Decreto-Lei 103/91, 8-3  
— estabelece a isenção de custas para o executante em acção de execução para obter cumprimento de sentença condenatória proferida pelo tribunal arbitral dos conflitos de consumo.

Decreto Regulamentar 8/91, 13-3  
— estabelece o sistema de verificação de incapacidades dos beneficiários dos regimes de segurança social.

Decreto-Lei 109/91, 15-3  
— estabelece normas disciplinadoras (nomeadamente sobre licenciamento) do exercício da actividade industrial.

Decreto Regulamentar 10/91, 15-3  
— aprova o regulamento do exercício de Actividade Industrial.

Disp. 7/91, DR 2.ª Série, 18-3-91, p. 3143  
— actualiza com efeitos a 1 de Janeiro de 1991, para 35 000\$000 o montante de base de cálculo de bolsa de aprendizagem nos contratos ao abrigo da lei de aprendizagem ou formação em alternância.

## Desemprego de longa duração afecta mulheres

O desemprego de longa duração — há mais de um ano — deslucou-se, nos últimos cinco anos, dos jovens para a população adulta e incide maioritariamente sobre as mulheres, que são cerca de 60 por cento dos portugueses nessa situação.

A informação foi veiculada num seminário para apresentação do Programa ERGO — Programa de Acção da CEE para Desempregados de Longa Duração — promovido pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, em colaboração com a Comissão das Comunidades Europeias.

O documento referido aponta para o agravamento da situação à medida que diminui o nível escolar e de formação profissional das pessoas. Refira-se que em Portugal, segundo dados do IEFP, 90 por cento dos desempregados possuem, quanto muito, o ensino básico.



## INTERJOVEM

# Assim o CCJ não serve

A Interjovem decidiu suspender a sua participação no Conselho Consultivo da Juventude. As razões prendem-se com a recusa do Governo em aceitar as propostas de alteração do regulamento daquele órgão, que continua excessivamente generalizadamente, retirando-lhe assim a importância que poderia e deveria ter nas questões relativas à política de juventude.

A 26 de Fevereiro, a Interjovem abandonou a reunião do Conselho Consultivo da Juventude e a 1 de Março decidiu suspender a sua participação naquele órgão e requerer de imediato uma audiência urgente ao ministro da Juventude, Couto dos Santos.

Esta decisão foi motivada pelo facto de o Governo ter ignorado, na proposta de alteração do regulamento que apresentou na reunião daquele órgão no passado dia

26 de Fevereiro, aspectos que a Interjovem reputa de fundamentais para garantir um funcionamento eficaz e transparente do CCJ. Por essa mesma razão, o seu representante abandonou a referida reunião.

Com efeito, a proposta governamental não vem resolver muitas deficiências que têm marcado o funcionamento do Conselho, antes agrava algumas delas. Mantém uma metodologia e prazos que não permitem às organizações da juventude

uma análise aprofundada e atempada dos temas e propostas. Continua a prever uma participação excessiva de membros ligados ao Governo e a não garantir uma divulgação correcta e isenta das discussões das reuniões do CCJ.

Por outro lado, o Governo avança propostas que visam acentuar a governamentalização do Conselho Consultivo da Juventude. São propostas que visam, nomeadamente, diminuir as condições de participação

dos membros do CCJ e ao mesmo tempo reforçar os poderes do seu presidente. Retiram, por exemplo, a possibilidade, hoje existente, de as reuniões serem convocadas por 1/3 das organizações integrantes. Limitam, além disso, a possibilidade que cada organização tem de propor o andamento da discussão de temas que lhe interessem. O presidente, segundo a proposta do Governo, fica impedido de todos os poderes no que toca à divulgação do que no CCJ é tratado.

Ao assumir esta postura, a Interjovem faz saber que a existência de um órgão desta natureza é importante, desde que obedeça a regras de funcionamento claras e permita uma efectiva participação dos jovens, por esta via, nas questões relativas a política de juventude.

Recorde-se que, em Julho do ano transacto, a Interjovem, conjuntamente com a JCP, a JS e a JRD, propôs que se discutissem as questões ligadas com a composição e funcionamento do CCJ. Posteriormente, estas quatro organizações apresentaram um conjunto de propostas no sentido de melhorar o funcionamento do conselho. Fizeram-no porque estavam convencidas da falta de clareza do funcionamento do CCJ e, sobretudo da falta de consequência prática das conclusões obtidas.

«Pelo facto de ter suspenso a sua participação nas reuniões do CCJ, a Interjovem não abdica de continuar a intervir na discussão dos assuntos que interessam aos jovens portugueses», afirmou a Interjovem aos órgãos de Comunicação Social.

## Mulheres

# Prémios limitam direitos

O sistema de criação e atribuição dos prémios não pode colidir com os direitos dos trabalhadores, nem com o exercício dos mesmos, consignados nomeadamente na Lei da Maternidade e nos contratos.

Os prémios nasceram nas empresas com o objectivo de, por um lado, aumentar a produção e a produtividade, sobretudo através do acele-

ramento dos ritmos de produção. Os prémios vêm limitar ao máximo o exercício do direito dos trabalhadores a faltarem.

Com a instituição dos prémios, o patronato procura, e procura, rentabilizar ao máximo o factor mão-de-obra da sua empresa, mas baseado ainda numa filosofia que tem mais a ver com a exploração que com o aproveitamento integral dos recursos humanos.

Eivado de uma concepção taylorista organizacional do trabalho e das relações no meio do trabalho (acentuada divisão de tarefas, autoridade centralizada, rigidez de regras e regulamentos, etc.) o sistema de prémios vem colocando, ao longo dos anos, sérios problemas aos trabalhadores sobretudo a nível dos seus direitos e, consequente-

mente, coloca ao movimento sindical inúmeras preocupações e exigências.

Na maioria das empresas que implementaram o sistema de prémios constatamos:

1.º — os prémios (a sua criação, atribuição e regulamentação) são decididos unilateral e arbitrariamente pelas administrações;

2.º — a generalidade dos prémios de assiduidade são retirados às trabalhadoras e aos trabalhadores que faltam ou se atrem chegando-se a situações limite tal como o atraso de 10 minutos implicar a perda do prémio na sua totalidade;

3.º — na atribuição dos prémios de assiduidade nas empresas onde a maioria são mulheres trabalhadoras, as mulheres grávidas e com filhos são penalizadas.

Posto isto, é importante

que o movimento sindical continue a estudar formas, nomeadamente através das negociações (CCT's, Acordos de Empresa e outras) contribuindo por um lado para uma mudança de mentalidade e atitude face aos prémios e, por outro lado, para a regulamentação negociada dos mesmos.

«Faca de dois gumes» — os prémios, se utilizados com o objectivo da mera racionalidade e rentabilidade económica da empresa, ferem os trabalhadores e, particularmente, as mulheres trabalhadoras.

Porquê? Porque o sistema de prémios colide geralmente com direitos dos trabalhadores e, como as mulheres têm direitos acrescidos por altura da gravidez, do parto e do pós-parto, o sistema de atribuição dos prémios penaliza as mulheres quando faltam para consultas pré-natais, quando utilizam as horas ou hora para amamentar ou aleitar os filhos, quando faltam para prestar assistência inadiável ao agregado familiar.

Esta irracionalidade do sistema tem de continuar a ser posta em causa e a ser combatida.

Assim e para terminar,

diríamos que o sistema de criação e atribuição de prémios não pode colidir com os direitos, nem com o exercício dos mesmos, consignados nomeadamente na Lei da Maternidade e da Paternidade e nos contratos.

Neste sentido há que acionar todos os mecanismos para que os problemas que foram e venham a ser detectados neste domínio, sejam rapidamente resolvidos.

Se a maternidade e a paternidade são hoje considerados valores sociais não podem as entidades patronais serem agentes bloqueadores e/ou dissuadores e/ou destruidores daqueles valores.

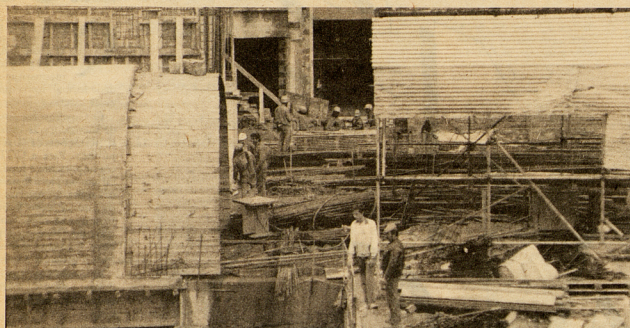
A Comissão Nacional de Mulheres da CGTP-IL, no âmbito do seu Plano de Actividades, está a proceder ao levantamento de situações relacionadas com a atribuição dos prémios, a estudar as suas incidências na vida das trabalhadoras e nos seus direitos e a dinamizar acções junto das Inspeções de Trabalho e de outros organismos e entidades para que se ponha termo às ilegalidades constatadas e para prevenir situações futuras.

Helena Policarpo

ALAVANCA  
FICHA TÉCNICA

Director: Manuel Lopes. Coordenação de Edição: Mário Rui Ferreira. Redacção: Gonçalves André, Herminio Fernandes, Júlio Cardoso e Helena Policarpo. Fotografia: João Silva, Grafismo e Maquetagem: Rui Cardoso e Rui Pereira. Cartoons: Rui Cardoso e Humberto Santana. Colaboram nesta edição: M.ª da Luz Nogueira, Dr.ª Teresa Dias, Dr. Francisco Madaleno. Montagem e Impressão: Hésia Portuguesa, S.A. Propriedade: Edições de 1.º Outubro. Tiragem: 45 000. Redacção: R. Vilor Córdon, n.º 1, 2.º — 1294 Lisboa Code — Telef. 347 21 81 — FAX: 347 21 89 — Telex: 13 672. Depósito Legal: 43077/91.

## Reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais É preciso mudar a filosofia



**D**esde há alguns anos que a CGTP-IN vem promovendo a discussão sobre a protecção social dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais.

Razões conjunturais nomeadamente de ordem política, inviabilizaram os projectos sobre a Reparação Social daquelas eventualidades, tanto no que se refere à filosofia da reparação como no que respeita à alteração parcial da legislação em vigor, em tempo, aliás, apresentados aos órgãos compe-

O debate sobre a reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais, que a CGTP-IN levou a cabo no passado dia 27, deixou claro que é necessário mudar a filosofia, de carácter privatista e mercantil, para uma reparação social das duas eventualidades.

As propostas da CGTP-IN estão em cima da mesa.

tentes, incluindo a Assembleia da República.

No debate sobre a reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais, que aconteceu no passado dia 27, a CGTP-IN considerou como essencial a institucionalização das Comis-

sões de Higiene e Segurança como núcleo essencial da prevenção, assim como põe em relevo a necessidade da intervenção da IGT.

A legislação nacional que determina a Reparação dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais —

venção; Investimentos na Reabilitação Médica e Profissional; Investimentos na política de emprego e a Efectiva Segurança dos trabalhadores.

Não basta pois o reconhecimento generalizado da necessidade de alteração da legislação vigente sobre a Reparação dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, dadas as Indemnizações de miséria e as insuficientes prestações que genericamente tornam o trabalhador cada vez mais inseguro.

Também do ponto de vista legislativo constata-se que, na maior parte dos casos, as disposições não passam do seu carácter formal sem quaisquer consequências efectivas na melhoria do sistema de protecção social dos trabalhadores.

A CGTP-IN defende há largos anos a mudança da filosofia da Reparação dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais do carácter privatista e mercantil do seguro para uma reparação social daquelas duas eventualidades (Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais).

Nesse sentido, defende uma definição política neste domínio coerente e consequente por forma a consertar a adopção de medidas a curto, médio e longo prazo.

Dai que defenda a precarização dos diversos interesses, por forma a acutular os variados interesses em presença, entre outros, dos trabalhadores pela melhoria das prestações e serviços que lhes são devidos do ponto de vista qualitativo e quantitativo; das instituições de segurança social e saúde; das instituições seguradoras pela sua reestruturação para que a ausência do Ramo Acidentes de Trabalho não afecte o seu normal funcionamento; e dos trabalhadores das instituições seguradoras por forma a serem defendidos os seus legítimos direitos e interesses de classe.

A CGTP-IN deixa claro que não defende a adopção de quaisquer medidas sem o necessário e aprofundado

estudo e acatamento de diversos interesses em jogo.

A CGTP-IN defende princípios que assentem em valores de justiça, equidade e dignidade e, na sua defesa não transige nem os admite como moeda de troca.

De tudo o que fica expresso se constata a incompatibilidade entre o carácter social da Reparação e o carácter mercantilista, que visa exclusivamente o lucro, do actual seguro de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais.

### Lei de Bases é urgente

Há entre nós o imperativo legal da Reparação Social dos danos emergentes de Acidentes de Trabalho e das Doenças Profissionais.

A CGTP-IN foi certamente a primeira entidade que reivindicou tal reparação social como factor determinante da moralização da Reparação dos danos emergentes de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais.

Nesse sentido, a CGTP-IN continua a defender prioritariamente a publicação da Lei de Bases sobre Higiene e Segurança no Trabalho, a calendarização da sua regulamentação, a revisão da legislação específica, a elaboração dum Plano Nacional de Emergência de Prevenção e seus Programas Integridores e a elaboração de legislação para sectores omissos e de alto risco como é o caso da Agricultura.

Em caso de acidente, grave ou mortal, a CGTP-IN defende a elaboração obrigatória pela I.G.T. de inquérito e relatório.

Assim, propõe que se considere o agravamento de contribuições para as entidades que apresentem determinados níveis de sinistralidade ou risco e criminalidade condutas e a elaboração de legislação e funcionais das entidades que não cumpram com o normativo em vigor, estabelecido para a higiene e segurança, saúde dos trabalhadores e ambiente de trabalho.

## A selva da construção civil

**S**ucedem-se os acidentes mortais na obra da Caixa Geral de Depósitos em Lisboa. O último ocorreu em Fevereiro.

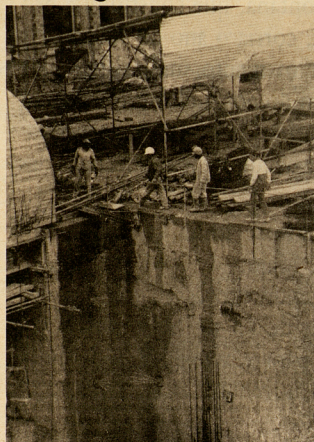
O Sindicato contactou a Caixa Geral de Depósitos, que através de um seu engenheiro, afirmou: «Não é nada connosco».

Seguidamente o sindicato contactou a «Seares da Costa», adjudicatária da obra, que afirmou que o trabalhador pertencia à empreitada de estruturas de que a Teixeira Duarte é responsável. Esta respondeu, por sua vez, que o trabalhador não pertencia a nenhuma das empresas do consórcio e o acidente deu-se numa zona onde não estavam a trabalhar.

Posto isto, conclui o sindicato, «só falta afirmar que o trabalhador entrou indevidamente na obra e lançou-se pela caixa do elevador».

Este caso e muitos outros que ocorrem por esse país fora, vem ilustrar o clima de selva que se vive na construção civil.

O sindicato distribuiu um comunicado onde afirma que os trabalhadores não estão obrigados a desempenhar a sua actividade, desde que as condições de segurança não estejam devidamente garantidas. Quando tal suceder, devem imediatamente avisar o sindicato



por forma a este poder actuar.

Em resultado das diligências efectuadas junto da Inspeção do Trabalho, esta moveu uma acção inspectiva. Assim, em 96 empresas inspeccionadas foram levantados 148 autos de notificação, aplicados 16 mil contos de

multas e detectadas 16 empresas sem contribuições para a Segurança Social e 222 trabalhadores sem inscrição na Segurança Social.

O sindicato continua a insistir no sentido de uma rápida e eficaz intervenção que ponha cobro às ilegalidades.

### Bacia do Ave

## Urgente tomar medidas

**A**situação da Bacia do Ave continua a agravar-se. Esta constatação é feita

depois de o drama das populações da região ter saltado para os jornais, o que vem provar a insensibilidade do Governo e patronato.

A Comissão para a Defesa e Desenvolvimento do Vale do Ave (CODDAVE) salienta que, em relação às empresas que vem acompanhando, a situação, em termos globais, agravou-se.

A CODDAVE adianta que os encerramentos e paralisações continuam, como por exemplo na Fábrica de Tecidos da Baganha, a Fantory, a Mincaça e Têxtil Manoel Durães. Outras, a laboração tem vindo a ser reduzida como por exemplo na Cavalinho, Têxtil de Vizeira, Ficol, Premali, Fiação de Tecidos de Delães, Têxtil

do Bugio e Malhas Têma. Nestas empresas, verificam-se ainda despedimentos colectivos e redução dos postos de trabalho.

O caso mais grave pelas implicações sociais, verifica-se na empresa COELIMA com cerca de 2500 trabalhadores directos e cujas consequências se farão sentir em cerca de 12 000 cidadãos. Após promessas da Administração e do Governo de que a viabilização da empresa estava garantida, a CODDAVE foi informada que neste momento não há nenhum grupo económico ou empresa que garanta a viabilização. A capacidade produtiva da Coelima encontra-se a 30%, cria-se um ambiente de falta de confiança no seu futuro que atinge fornecedores e trabalhadores. Trabalhadores que ainda não receberam o salário do mês de Fevereiro. Neste momento, põe-se mesmo a hi-

pótese desta importante empresa da Bacia do Ave passar a trabalhar a feição.

Verifica-se que há um crescimento de empresas a utilizar a prática dos salários e subsídios em atraso.

Dentro do leque das empresas consideradas em dificuldade, a Coddave verifica que em 4 empresas foram concluídos Acordos de credores (Carides, Fábriça do Ferro, TVP e Fandeira de Lordele, que envolvem cerca de 1500 trabalhadores) que evitaram no imediato o encerramento e falência, mas não foram ainda tomadas medidas de reestruturação necessárias à sua estabilidade futura.

Perante esta situação a Coddave considera que não houve de facto medidas de fundo que alterassem o quadro existente na Bacia do Ave apesar dos discursos políticos e das promessas que não passam disso mesmo: Promessas.

EM 1991  
UM MAIO  
DE LUTA

# MAIO

**O 1.º de Maio está aí.** E com ele uma jornada de luta contra o Pacote Laboral, por melhores salários, por 40 horas semanais no máximo e, duma forma geral, pelo progresso com justiça social.

Se há data apropriada para esta luta, ela é o 1.º de Maio, 101 anos depois da romagem ao túmulo de José Fontana, que constituiu a primeira comemoração da data em Portugal, corria o ano de 1890.

Este ano, os trabalhadores e o seu movimento sindical têm pela frente um quadro político-sindical preenchido por múltiplas e variadas referências, que vão exigir redobrados esforços e grande empenhamento, com vista a assegurar uma resposta adequada à importância das questões em presença.

Importante se torna, por isso, um grande 1.º de Maio.

Uma grande expressão pública das manifestações do 1.º de Maio será o suporte seguro para o êxito das grandes lutas que temos pela frente.



## Pacote Laboral

# ESTAC

Quando a CGTP-IN afirmava que o «Pacote Laboral» estava ferido de inconstitucionalidade formal, havia quem fizesse caretas.

O Governo fez «ouvidos de mercador» às insistentes solicitações de discussão pública. Para a CGTP-IN era importante e fundamental sobre as matérias contidas no «Pacote Laboral», para que os objetivos centrais do Governo e patronato ficassem claros para toda a gente.

O Governo fugiu do debate como «o diabo da cruz». O resultado está à vista.

O Presidente da República enviou a Lei de Autorização Legislativa ao Tribunal Constitucional e este chumbou-a por inconstitucionalidade formal. Falta a indispensável discussão pública.

Agora, voltou tudo à estaca zero. Contrariamente àquilo que pretendiam o Governo e o patronato, será

Depois Laboral... A CG... transform... tória do... O G... tem con...

cumprida a... moerática, se... direito de p... trabalhadores... laboral ter... grande debat...

Oportun... transform... política do C... grande vitór...

Posto isto... reafirma a s... de que o C... abandonou o... contém dis... atenciem com... damentais... dores.

Do que n... das é que as... das nos pro... vos referent... mento por r...

# Aument... Diminu...

Agora já nem é preciso ir mais longe. É a própria Comunidade que informa as injustiças no nosso Rendimento Nacional.

O peso dos salários no PIB (45 por cento) é ridículo face aos valores da CEE (51 por cento). Quanto ao peso dos lucros, a injustiça é igualmente gritante: 36 por cento em Portugal, 26 por cento na CEE.

Já há dias, a OCDE tinha chamado a atenção para este fenómeno português, ao afirmar que no nosso país, são os lucros que mais crescem, enquanto os salários se mantêm abaixo da produtividade.

Para a CGTP-IN, estes indicadores mostram que se desigualdades na sociedade portuguesa se estão a agravar.

A Central Sindical afirma que «o problema do desenvolvimento do país não está nos custos elevados do factor trabalho, mas sim em lucros não investidos em processos produtivos modernos e em crescimento não expresso em equidade social».

E a CGTP-IN conclui que «há razões e condições para reivindicar uma melhoria geral das condições de vida e de trabalho».

O Governo persiste, por outro lado, em manter para o sector público a orientação de limitar os aumentos salariais ao valor de 13,5 por

Dado... peso dos... 45. Para... por cent... A O... mais cre... Resu... vão-se a... E a v... os salári...

cento o que... tem conduç... mento da co... boral.

AUM... POR A... GE...

Este con... Governo de... transigência... mida pelas... cas que, na... aplicado os... ais por acto... Tal prátic... -IN, «denu... a falsidad... afirma defe... social e co... mente com... recentes -Ministro... os salários... por cento... Economi... pelo «Alv... que não se... sível alcanç...

## Pacote Laboral

# ESTACA ZERO

Quando a CGTP-IN afirmava que o «Pacote Laboral» estava ferido de inconstitucionalidade formal, havia quem fizesse caretas.

O Governo fez «ouvidos de mercadores» às insistentes solicitações de discussão pública. Para a CGTP-IN era importante e fundamental um amplo debate nacional sobre as matérias contidas no «Pacote Laboral», para que os objetivos centrais do Governo e patronato fossem claros para toda a gente.

O Governo fugiu do debate como «o diabo da cruz». O resultado está à vista.

O Presidente da República enviou a Lei de Autorização Legislativa ao Tribunal Constitucional e este chamou-o por inconstitucionalidade formal. Falava a indispensável discussão pública.

Agora, voltou tudo à estaca zero. Contrariamente àquilo que pretendiam o Governo e o patronato, será

Depois do chumbo do Tribunal Constitucional, o «Pacote Laboral» voltou à estaca zero.

A CGTP-IN considera que é agora possível e necessário transformar a derrota política do Governo numa grande vitória do movimento sindical.

O Governo deve abandonar todos os projectos que attem contra os direitos dos trabalhadores.

cumprida a legalidade democrática, será respeitado o direito de participação dos trabalhadores e a legislação laboral terá que ter um grande debate público.

Oportunidade para transformar a derrota política do Governo numa grande vitória sindical.

Posto isto, a CGTP-IN reafirma a sua reclamação de que o Governo deve abandonar os projectos que contém disposições que attem contra direitos fundamentais dos trabalhadores.

Do que as normas dúbidas é que as mesmas contidas nos projectos legislativos referentes ao despedimento por inadaptação, fle-

xibilização dos horários, férias, comissão de serviço, período experimental e arbitragem obrigatória, contém matérias de carácter repressivo.

Também o projecto relativo ao regime da pré-reforma é inaceitável, nos termos em que é proposto, pois contém uma filosofia geral que visa forçar o despedimento individual dos trabalhadores com mais de 55 anos e criar mecanismos (a questão dos 25%) que colocariam os trabalhadores na situação de pré-reforma com rendimentos muito inferiores aqueles que, normalmente, são hoje conseguidos nas empresas.

Em suma, os conteúdos

essenciais do «Pacote Laboral» são contrários à noção mais elementar de justiça social e teriam efeitos negativos sobre a organização da vida pessoal dos trabalhadores e das suas famílias.

No imediato, é de salientar que se o Governo teimar na sua ofensiva, o debate público sobre a autorização legislativa, que terá de ser promovido pela Assembleia da República, irá salientar os perigos e as graves implicações sociais e humanas que estão contidas no Pacote Laboral.

É por isso que, para a CGTP-IN, é necessário, de forma determinada, continuar a acção de esclareci-

mento, de modo a formar-se uma grande consciência colectiva de repúdio generalizado, que enraivecerá e poderá derrotar os objetivos do Governo.

Acrescente-se que as apreciações feitas pelo Tribunal Constitucional sobre as diversas matérias sujeitas à fiscalização preventiva, são perigosas.

A CGTP-IN tornou claro que não tem das decisões do T.C. uma visão sacrosanta.

A fundamentação jurídica do Acórdão do T.C. merece a crítica da CGTP-IN as maiores reservas.

Aos trabalhadores está colocado um desafio que exige astúcia, pragmatismo, trabalho unitário e acima de tudo uma grande capacidade de transmissão da nossa mensagem.

Vários dos projectos do Governo são inaceitáveis porque violam a Constituição, mas acima de tudo porque são condenáveis do ponto de vista social e humano.

O Governo deve abandonar o seu Pacote Laboral.

# 11 anos depois

O primeiro 1.º de Maio, comemorado como Dia Internacional do Trabalhador, aconteceu em 1890.

Intimamente ligado à luta dos trabalhadores de todo o mundo, as origens do 1.º de Maio remontam à década de 70 do Século XIX.

Em 1871, a Comuna de Paris é esmagada.

Nesta década e a seguinte cresce um poderoso movimento de massas em luta pelas 8 horas de trabalho diário.

A Associação Internacional dos Trabalhadores, no seu Primeiro Congresso, realizado em 1886, em Genebra, fixou as 8 horas como limite ao dia de trabalho.

Radica aqui a luta organizada do proletariado mundial pela redução da jornada de trabalho que oscilava então as 10 e as 14 horas na indústria e comércio e do sol a sol na agricultura.

A 1 de Maio de 1886, em Chicago, trabalhadores em luta pelas 8 horas de trabalho diário são fortemente reprimidos, dando-se origem a um banho de sangue.

Estes acontecimentos ficariam para sempre gravados na memória das lutas operárias e os mártires de Chicago passariam para a história.

Em 1889, os Congressos operários de Paris declaram o 1.º de Maio como Dia Internacional dos Trabalhadores.

Neste Congresso participam 2 delegados portugueses.

Em 1890 é comemorado pela primeira vez, o 1.º de Maio, como Dia Internacional do Trabalhador. Em Portugal é organizada, uma romagem ao túmulo de José Fontana, um herói do Movimento Operário.

O 1.º de Maio passaria a ser regularmente comemorado em Portugal e em 1919 são conquista-

das as 8 horas diárias na Indústria e Comércio.

Com o fim da monarquia, algumas autarquias decretam o 1.º de Maio como feriado municipal.

Com a instauração da ditadura fascista em 1926 cessam as liberdades, fazem-se os sindicatos e o 1.º de Maio deixa de ser comemorado livremente.

O Dia Internacional do Trabalhador passa a ser assumido como jornada antifascista.

No 1.º de Maio de 1962 centenas de milhares de trabalhadores saem à rua em manifestação de massas para recorrer à greve e conquistam as 8 horas diárias.

Nos anos negros do fascismo a repressão abate-se sobre quem queira comemorar o Dia do Trabalhador.

Na madrugada de 25 de Abril de 1974, os tanques saem à rua e o regime fascista cai às mãos dos militares e do povo.

O 1.º de Maio passava a ser comemorado livremente.

Organizado pela Intersindical, hoje CGTP-IN, o 1.º de Maio de 1974 passou a ser maior manifestação de massas alguma vez realizada em Portugal.

Intimamente ligado à luta dos trabalhadores, o 1.º de Maio mantém essa sua característica até hoje.

Em 1982, no Porto, o impensável aconteceu. Dois trabalhadores são mortos e vários outros são feridos quando comemoravam o Dia do Trabalhador. Mas assumiu-se, novamente, como um dia de luta pela liberdade.

105 anos depois dos mártires de Chicago, 101 depois da primeira comemoração, o 1.º de Maio é ainda sinónimo de solidariedade, de fraternidade, de unidade e de justiça social.

# Aumentar os salários Diminuir os horários

Agora já nem é preciso ir mais longe. É a própria Comunidade que informa as injustiças no nosso Rendimento Nacional.

O peso dos salários no nosso PIB (45 por cento) é ridículo face aos valores da CEE (51 por cento). Quanto ao peso dos lucros, a injustiça é igualmente gritante: 36 por cento em Portugal, 26 por cento na CEE.

Já há dias, a OCDE tinha chamado a atenção para este fenómeno português, ao afirmar que no nosso país, são os lucros que mais crescem, enquanto os salários se mantêm abaixo da produtividade.

Para a CGTP-IN, estes indicadores mostram que se desigualdades na sociedade portuguesa se estão a agravar.

A Central Sindical afirma que «o problema do desenvolvimento do país não está nos custos elevados do factor trabalho, mas sim em lucros não investidos em processos produtivos modernos e em crescimento não expresso em equidade social.

E a CGTP-IN conclui que «há razões e condições para reivindicar uma melhoria geral das condições de vida e de trabalho».

O Governo persiste, por outro lado, em manter para o sector público a orientação de limitar os aumentos salariais ao valor de 13,5 por

Dados da Comunidade mostram que enquanto na CEE o peso dos salários no PIB é de 51 por cento, em Portugal é de 45. Para os lucros a comparação é invertida: em Portugal 36 por cento e na Comunidade 26.

A OCDE, por outro lado, afirma que são os lucros que mais crescem em Portugal.

Resumindo, as desigualdades na sociedade portuguesa vão-se agravando.

E a verdade é que há condições económicas para melhorar os salários e as pensões e reduzir os horários.

cento o que inevitavelmente conduzido ao agravamento da conflitualidade laboral.

## AUMENTOS POR ACTOS DE GESTÃO

Este comportamento do Governo dá cobertura à intransigência negociada assumida pelas empresas públicas que, nalguns casos, têm aplicado os aumentos salariais por actos de gestão.

«Tal prática, diz a CGTP-IN, «denuncia cabalmente a falsidade de quem se afirma defensor do diálogo social e contrasta frontalmente com as declarações recentes do Primeiro-Ministro de que, este ano, os salários reais cresceram 3 por cento.

Economistas contactados pelo «Alavanca» afirmam que não se vê como é possível alcançar tal meta com

aumentos salariais de 13,5 por cento, quando a inflação está nos 13,3 e o Governo assume, como devia, uma política de forte impacto desinflationista.

Por este andar, concluem, «os salários portugueses não só não se aproximariam das médias europeias, como o Governo disse aceitar, como se distanciarão ainda mais».

## LUTA CONTRARIA GOVERNO

A luta desenvolvida pelos trabalhadores tem tornado possível contrariar as orientações existentes sobre política salarial.

A nível de empresas e sectores o aumento médio conseguido no início deste ano, nas tabelas salariais, situa-se próximo dos 15 por cento. Isto prova, argumenta a CGTP-IN, que existem

condições para continuar a lutar por melhores salários e que é justo manter a reivindicação do crescimento dos salários superior a 18 por cento.

## HORÁRIOS DIMINUEM

Demonstrando a justeza da reivindicação, os trabalhadores têm-se mantido unidos e determinados em torno da redução dos horários, tendo sido possível em diversas empresas e sectores reduzi-los substancialmente.

Constata-se, no entanto, que os avanços registados são insuficientes, enquanto o Governo continua a não assumir em lei o compromisso do limite máximo das 40 horas semanais e uma redução mais significativa para os trabalhadores penosos e perigosos.

# Os locais do 1.º de Maio

Em Lisboa, como é costume, o 1.º de Maio vai ser comemorado na Alameda D. Afonso Henriques. Logo pela frestuchinha decorre a manhã infantil e a partir das 14.30 horas inicia-se o desfile entre o Martim Moniz e a Alameda, seguido de comício e habitual festa.

No Porto, o local de encontro é a Baixa. Logo no dia 30, à noite, há um espectáculo musical com Jorge Lomba e Félix Ribeiro. Até, às 17.30 horas, há uma deposição de flores junto às lápides dos mortos no 1.º de Maio de 82. No dia 1, temos a manhã infantil e às 15 horas o desfile/manifestação com comício.

Em Coimbra, o local de encontro é na Praça da Reparação às 15 horas.

Aveiro marcou encontro no Largo da Estação às 14.30 horas e Braga vai estar na Av. Central às 15 horas, enquanto em Faro, os trabalhadores vão-se juntar na Alameda João de Deus às 16 horas.

As comemorações do 1.º de Maio acontecem em todo o país. Informe-se e participe.

## União do Porto Sem «papas na língua»

A União dos Sindicatos do Porto/CGTP-IN, em entrevista efectuada no passado dia 4, com o Dr. Fausto Pimentel, Delegado no Porto da Inspeção Geral do Trabalho, teve oportunidade, de fazer referência à actuação global desta entidade, no sentido de contribuir para alterar e corrigir orientações que a USP considera gravosas para os trabalhadores.

Concretizando a sua posição, a USP lançou à IGT duas questões: porque o, em confronto com a própria

posição do Supremo Tribunal, se recusa a IGT a levantar autos por discriminação salarial, discriminação salarial de dirigentes e delegados sindicais e discriminação nos vencimentos pelo exercício de direitos sindicais? E porque se recusa a IGT a actuar nos casos de abertura ilegal de estabelecimentos comerciais ao Domingo, a levantar autos quando constata que há trabalhadores nos dias de descanso obrigatório e complementar?

Apontando casos concretos, a USP referiu que, há

imensa tempo que a IGT tem conhecimento de irregularidades nos horários da RTP e da utilização proibitiva de tafeiros no «Jornal de Notícias», e, no entanto, não actuou em nenhuma destas situações.

A USP foi mais longe ao afirmar que a IGT invoca a sua vertente persuasiva e pedagógica respondendo que a entidade patronal vai solucionar os problemas mas não verifica posteriormente o seu cumprimento.

Outras vezes, aconselha a entidade patronal a contornar a lei sem resolver de facto o problema.

Mas as críticas à IGT não se ficaram por aqui, não faltando referências à lentidão das respostas que chegam a ser de dois meses para pedidos que os sindicatos classificam de urgentes, bem como, às respostas lacónicas e pouco precisas, sem indicação da data das visitas, etc.

Para a USP, a situação altamente preocupante e gravosa que se vive nas empresas e obras do nosso distrito, no plano da higiene e segurança, não se compadece com uma actuação passiva, benevolente, quando mesmo conivente da IGT nesta área.

Face ao exposto a USP exigiu que a IGT cumpra as funções que lhe competem e que para isso lhe sejam facultados os meios humanos e materiais necessários.



## Situação insustentável na Nobre e Silva

Desde 1989 que a Administração da empresa Nobre e Silva vem pagando com atraso os salários aos trabalhadores.

A situação agrava-se dia após dia, e, muito embora se tivessem efectuado várias reuniões no Ministério do Emprego e Segurança Social, nada se alterou. Assistiu-se à conivência declarada deste organismo oficial face à Administração da Nobre & Silva.

Depois de várias peripécias, lutas e protestos do Sindicato e porque a situa-

ção é de facto insustentável, decidem os trabalhadores (através do Sindicato), fazer a suspensão do seu contrato na base da Lei 17/86. Dos cerca de 140 trabalhadores 112 fizeram suspensão dos contratos, os restantes encontram-se com baixa por doença.

Apenas em meados de Fevereiro/91, começaram os Centros Regionais a atribuir os subsídios de desemprego a aqueles trabalhadores que fizeram suspensão de contrato.

Continua o Sindicato, em conjunto com os delegados

sindicais, a procurar junto do Tribunal e outras instâncias oficiais, que o problema da empresa seja solucionado o mais urgentemente possível.

É de salientar o grande espírito de sacrifício dos trabalhadores da Nobre & Silva, que mesmo em situação precária e com os seus contratos suspensos, continuam a comparecer na empresa, no sentido de salvaguardar o seu património, e, sempre com a esperança de ver vir a empresa a funcionar e os seus postos de trabalho garantidos.

## 100.º ANIVERSÁRIO DA PRIMEIRA LEI DO TRABALHO DAS MULHERES E DOS MENORES

A CGTP-IN vai assinalar os 100 anos sobre a publicação da 1.ª Lei sobre trabalho de menores e de mulheres no âmbito da 15 de Abril, no Instituto Franco-Português em Lisboa.

Estão convidados para a sessão um vasto conjunto de personalidades da vida cultural, política e associativa e várias organizações de mulheres, associações juvenis e órgãos de soberania.

Esta 1.ª Lei foi publicada a 14 de Abril de 1891.

## HOROSCOPO DO MÊS



### CARNEIRO (21.3 a 20.4)

O nativo do signo do Carneiro tem paciência de santo e bonomia para dar e vender. Não houvesse quem se metesse na sua vida, nem quem lhe quisesse pisar os calos, que ele estaria sempre de bem com todos. Mas a paciência tem limites, há coisas que nem um santo aguenta, como essa de apresentar como «exigência do progresso» a venda a pacatos de dias de férias e de passar a fazer os horários que mais convêm ao patrão. Por isso a sua presença nas reuniões que mais convêm ao patrão. Por isso a sua presença nas reuniões que mais convêm ao patrão. Por isso a sua presença nas reuniões que mais convêm ao patrão.



### TOURO (21.4 a 20.5)

Discutar as questões, debater os problemas, defender propostas justas e construtivas é exercício que há tempos lhe andava a fazer falta. Não se perca, contudo, em questões de lana caprina nem gaste tempo a discutir com quem não há nada a discutir. Obrigue os protagonistas da contenda a dar a cara, seja frontal e exija frontalidade. Os «parreiros», normalmente, só servem para distrair as atenções, enquanto o musicista prepara a chapeada. Embora, patifórios, chapéus há muitos!



### GÊMEOS (21.5 a 21.6)

Depois de, você não se dividiu, não hesitou. Esteve inteiro, de corpo e alma, no protesto organizado pela sua central contra os baixos salários, os longos horários e os atentados aos direitos de quem trabalha. Há muito tempo que não o víamos tão decidido, contagiado com a sua coragem e determinação. E deixou-nos a todos a pensar, quando sentenciosos: «A precissão ainda agora sai do adro e os melhores andares ainda estão para trás». «Ah, malandro, que tens razão!» — ouviu-se no meio da multidão.



### CARANGUEJO (22.6 a 22.7)

O Caranguejo é uma autêntica máquina de trabalho. Disso ninguém tem dúvidas. Faz do brio profissional ponto de honra e não sabe estar na vida outra maneira. Para ele, o homem realiza-se trabalhando. Não é daqueles que consideram a máquina como um concorrente do homem, mas nunca admita a ninguém que defenda a sujeição do homem à máquina. Por isso, é ferrenho opositor do diploma que prevê o despedimento dum trabalhador por inadaptação às máquinas. Estamos no século XX ou quê?



### LEÃO (23.7 a 22.8)

O ambiente em sua casa está na iminência de ficar carregado. Depois dum certo conversa sobre o trabalho, a sua mulher vai acusá-lo de gostar mais do patrão do que dela e dos filhos. O problema é claro, pois não encontra argumentos suficientes para a convencer de que não vai poder passar com eles as férias todas, pois tenciona fazer o jeito ao patrão e vender-lhe uma parte dos dias que tem. E, se, além disso, aceitar flexibilização do horário de trabalho, arrisca-se a que um dia o seu filho não o reconheça, depois de não lhe pôr a vista em cima durante meses. Não caia nessa!



### VRIGEM (23.8 a 22.9)

Se você tem razões sobejas para não acreditar numa dada pessoa porque há-de fingir que acredita? Essa é uma forma de alimentar o vício da mistificação, da aldrabice. Se essa pessoa, por exemplo, insistir em dizer que a CGTP-IN não assinou um bom acordo, está a querer passar uma inverdade por coisa certa, à custa de tanto a repetir. O estratagemas é velho, faz parte dos manuais de vendas. Mas a verdade é mais forte e vence sempre. O «pacote laboral» está para tirar dúvidas. Deixe de ser ingénio.



### BALANÇA (23.9 a 22.10)

Você é pessoa eficiente em tudo o que se mete. Além a sua eficiência simpática e pessoal, características que fazem de si o assessor ideal. Até aqui tudo bem. Daqui para a frente, pode entornar-se o caldo. Ainda não é tarde para impedir que a sua estabilidade de lucro, esclarecer e mobilizar por salários mais europeus (vire, vire...), por horários mais europeus (now! now!), pensões mais europeias (bites! bites), estabilidade de emprego mais europeia (andare! vire e higiene e segurança no trabalho mais europeias (pronto! pronto). O resto são tretas.



### ESCORPIÃO (23.10 a 22.11)

Não vá em cantigas, não se deixe embalar, nem vacile perante dificuldades momentâneas. A história premiosa os auzades e os que não perdem nunca de vista o objectivo final. O seu bem-estar próprio e o de todos os seus companheiros depende de não abdicar de lutar, esclarecer e mobilizar por salários mais europeus (vire, vire...), por horários mais europeus (now! now!), pensões mais europeias (bites! bites), estabilidade de emprego mais europeia (andare! vire e higiene e segurança no trabalho mais europeias (pronto! pronto). O resto são tretas.



### SAGITÁRIO (22.11 a 20.12)

O filho de Sagitário é quase um maníaco do asseio. Em matéria de segurança, acha que todos os cuidados são poucos. O desleixo e a incuria no posto de trabalho são nódulos que não caem no seu tecido. Apesar disso, o desleixo, acontecem acidentes de trabalho quase todos os dias. Não por culpa sua, mas acontece. Quem são então os culpados pelos estropiamentos, pelas perdas de vidas e de milhares de dias de trabalho? O recente debate sobre reparações dos acidentes de trabalho e de doenças profissionais deu a resposta. Informe-se, esteja vigilante, acude.



### CAPRICÓRNIO (22.12 a 20.1)

O nativo deste signo é pessoa folgazã, gosta de rir, cantar e dançar. Ajeita-se em todos os ritmos, sejam antigos ou modernos. Só não atina com aqueles que cheiram a pouca vergonha. Não tem «ginga» para tanto. E o caso do corridinho do mete-a-mão-na-massa-pública, muito em voga em gabinetes ministeriais e suas dependências: Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Cultura, Segurança Social... Alto e pára o baile, que nos estão a trocar as voltas!



### AQUÁRIO (21.1 a 19.2)

O Aquário está a viver uma situação financeira caracterizada por um certo desajogo. Já não era sem tempo. Todos têm dado o litro, como se diz, e a produtividade aumentou. Os trabalhadores são, por isso, credores de mais alta recompensa. Já mereciam estar pelo menos à porta da Europa. Mas diz o administrador da caixa de vidro: «O tano!» Não há dinheiro para ninguém. Só há mais para o Outono, quando vierem as eleições, é que vou dar uns tostões aos reformados. Os outros não têm direito a nada». Bom, perante isto, o caminho é lutar, e reivindicar o que é justo.



### PEIXES (20.2 a 20.3)

Você focou para o fim, mas valeu a pena. Ainda teve tempo de saber a boa notícia, isto é, que o Tribunal Constitucional deu o nêga à pacotada do Governo, que emburrava uma encomenda dos patrões, e fez voltar os projectos de legislação laboral à estaca zero. A CGTP-IN tinha razão. Você que esteve na primeira linha da contestação a esta tentativa de pôr o cargo à frente dos bois também tinha razão. Mas cuidado, que eles são bem capazes de voltar à carga. De-lhes para trás!

Viseu

## Campo minado de prepotências

Em cada cinco trabalhadores, três trabalham a prazo, à hora, à peça e à tarefa. Existem empresas onde 90 a 100 por cento dos seus postos de trabalho permanentes são ocupados pelo trabalho precário. É assim no Distrito de Viseu.

Para a União dos Sindicatos local, os baixos salários, o não cumprimento dos salários contratuais e os despedimentos legais caracterizam a acção do patronato e do Governo no distrito.

Em Viseu, para além dos trabalhadores lutarem na defesa dos seus direitos e por novas justas reivindicações, lutam também pelo cumprimento dos direitos consagrados nas leis da Re-

Se alguém tem dúvidas sobre a proliferação do emprego precário que vá a Viseu, onde uma grande maioria do patronato, com uma mentalidade retrógrada, ainda se expressa através da prepotência e arrogância do «quero, posso e mando».

Um distrito onde o desenvolvimento não tem significado maior justiça social. Um caso que não é inédito.

pública e nos contratos colectivos de trabalho.

Na opinião da USV, e ofensiva contra os direitos dos trabalhadores assume no distrito aspectos particulares e mais graves.

Em Viseu, novas empresas e novos sectores de actividade têm surgido, sem que isso tenha constituído um desenvolvimento regional equilibrado, que tenha em conta o progresso e a justiça social.

O distrito é predominantemente agrícola, embora a indústria transformadora desempenhe um importante complemento económico, onde existem mais de 150 empresas, com mais de 100 trabalhadores e 13 empresas com mais de 500.

O II Congresso da USV traçou como principais linhas de orientação sindical para o distrito de Viseu a tomada de medidas para que

haja efectivamente um desenvolvimento regional equilibrado e harmonioso que se reflita nas condições de vida e de trabalho, a exigência de mais emprego e estabilidade de emprego, respeito pelos direitos e liberdades sindicais e a passagem a efectivos dos trabalhadores contratados a prazo, dando expressão a que cada posto de trabalho permanente corresponda um posto de trabalho efectivo.

## Governo quer privatizar EDP

Efectuou-se no passado dia 4.3.91 uma reunião entre representantes da FSTIEP e a CGTP-IN, com o objectivo de se analisar a recente legislação produzida pelo Governo para a EDP e o Sector de Energia Eléctrica em geral.

Da análise feita ressalta que a estratégia do Governo aponta para a privatização e desmembramento da EDP,

com vista à liberalização total do Sector da Energia Eléctrica, pretendendo desta forma reduzir postos de trabalho na EDP e atacar os direitos dos trabalhadores.

Por outro lado, as opções do Governo não se inserem em nenhum plano de desenvolvimento económico-social do país e a serem postas em prática, colocam nas mãos de grupos privados, nomeadamente

estrangeiros, a gestão deste sector básico da economia nacional.

As duas organizações concordaram em que o Serviço Público prestado às populações passaria a ter menor qualidade e a nossa dependência do estrangeiro, em termos energéticos, agravar-se-ia;

Na sua legislação o Governo usurpa poderes e competências que são das autarquias.

A CGTP-IN e a Federação das Indústrias Eléctricas entendem necessário prosseguir a luta com os trabalhadores para resistir às pretensões do Governo e procurar as convergências necessárias com outros representantes dos trabalhadores no sentido de corresponder à unidade que se verifica nos laços de trabalho.

Entretanto, os trabalhadores da EDP iniciaram a luta, realizando greves.

Sindicalização

## O êxito continua

O último balanço trimestral de sindicalização continua a revelar dados e realidades que fazem da iniciativa um êxito, quase absoluto.

Entre Outubro de 1989 e Dezembro de 1990 o número de novas sindicalizações atingiu as 66 756. Por regiões, Lisboa lidera com 22 523 novas sindicalizações. Por sectores, é a administração pública que vai à frente com a cifra de 13 498. Com números relevantes estão também os distritos do Porto (15 867), Setúbal (4224), Braga (3950), Coimbra (3674) e Aveiro (3317). Nos sectores seguem-se os têxteis (11 063), comércio (6671), hotelaria (6172), metalurgia (5770), construção (4652) e indústrias eléctricas (3391).

Recorde-se que a Campanha de Sindicalização, que decorreu no âmbito do 20.º Aniversário da CGTP-IN, foi transformada em «batalla de sindicalização perma-

nente» e levou os sindicatos em geral, a analisar e a trabalhar na base dos números reais, a introduzir métodos de trabalho, que importa agora aperfeiçoar e consolidar, e impôs uma travagem na tendência para a quebra no índice de sindicalização. Importa referir também que no último balanço efectuado se verificaram diversos exemplos de êxito na sindicalização dos jovens, de trabalhadores a prazo e de implantação dos sindicatos em empresas novas.

## Professores em greve

O sector do ensino está novamente em ebulição.

Em causa está o adiamento do pagamento do aumento salarial relativo aos escalões na parcela que diz respeito ao tempo de serviço.

O facto, que nem como caricatura se pode aceitar, fica a dever-se a dificuldades de tesouraria, porque o despacho que autoriza a requisição suplementar de verbas para o pagamento dos índices salariais não foi fei-

to. E existem erros na análise da situação de cada professor.

Posto isto, o Ministério diz: não se paga. E os professores respondem: fazemos greve. E fizeram. Com elevadíssima adesão.

## Metalúrgicos contra Pacote Laboral

O 5.º Congresso da Federação dos Sindicatos dos trabalhadores das indústrias Metalúrgica, Metalomecânica e Minas, realizado a 12 e 13 de Abril, aprovou uma Plataforma de acção onde exige prioritariamente a redução do horário, a estabilidade no emprego, a defesa dos direitos sociais e sindicais, a valorização profissional, a melhoria dos salários e o desenvolvimento do sector.

Os delegados aprovaram ainda moções onde defendem um Sector Empresarial do Estado forte, reestruturado e dinâmico, a paragem imediata das privatizações e o abandono do Pacote Laboral.

## Encontro Nacional de Jornalistas

Nos passados dias 25, 26 e 27 realizou-se o primeiro Encontro Nacional de Jornalistas. Na mensagem que enviou, o Presidente da República saudou a iniciativa e afirmou que «assegurar a isenção, o pluralismo e a independência da informação continua a ser um combate prioritário e uma das principais preocupações».

João Mesquita, presidente do Sindicato dos Jornalistas diria na sessão de abertura que a defesa do direito a informar e a ser informado e uma tarefa de todos os dias e não — e não dever ser — um exclusivo dos jornalistas.

## Gráficos exigem melhores salários

Trinta por cento dos trabalhadores das indústrias de celulose, papel, gráfica e imprensa têm um ordenado equivalente ao salário mínimo nacional. O facto foi denunciado no terceiro Congresso do sector realizado a 16 e 17 de Março, na Foz do Arelho.

O Congresso exigiu às associações patronais e ao Governo o respeito pelo direito à contratação colectiva, a manutenção da Portuêl no sector público, a redução dos horários de trabalho para as 40 horas semanais, um aumento efectivo do poder de compra e que a parte que cabe aos trabalhadores no rendimento nacional seja substancialmente elevada.

## Congresso de música

No próximo dia 14 de Abril tem início na Sociedade de Geografia o 2.º Congresso de Música que vai pôr toda a problemática da música em discussão.

Sem desafiar, o congresso vai abordar as questões da Lei de Bases da Música, o ensino, coros e cantores, orquestras, legislação e estruturas associativas, as autarquias e as actividades musicais, filarmónicas e o que demais se relacione.

Como questões relevantes neste congresso estão a defesa e promoção do músico português, o acerto o passo com a Europa, a descentralização cultural e uma política musical para Portugal.

Uma coisa é certa, até pelas lutas que os trabalhadores do sector tem desenvolvido, eles não vão em músicas.

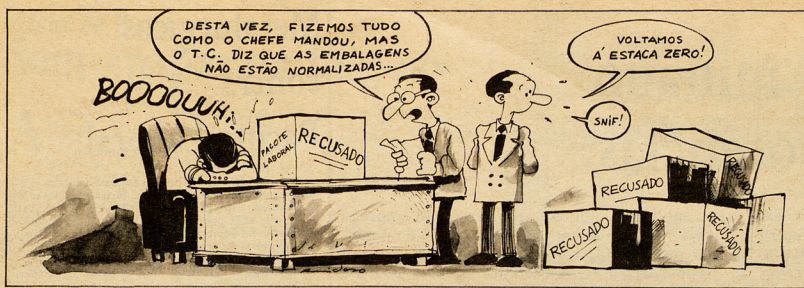
## Governo prejudica agricultores

Milhares de trabalhadores agrícolas estão a sofrer pelo facto de ainda não ter sido publicada uma normativa de extensão do CCT para a agricultura do concelho de Vila Real às regiões Norte e Centro do país.

O Ministério do Emprego e Segurança Social comprometeu-se a fazê-lo, mas não cumpriu ainda com o que assumiu em 1986, nem respondeu às sucessivas exposições que as organizações sindicais agrícolas lhe endereçaram, nem satisfez o pedido de audiência que foi feito em Dezembro de 1990.

Por via disso, milhares de trabalhadores estão a receber, indevidamente, o salário mínimo nacional para a agricultura.

UNIÕES	SALDO GLOBAL ENTRADAS /SAIDAS
ACORES	+ 445
ALGARVE	+ 2 158
AVEIRO	+ 2 493
BEJA	+ 281
BRAGA	+ 3 322
BRAGANÇA	+ 70
CASTELO BRANCO	+ 710
COIMBRA	+ 2 639
ÉVORA	+ 537
GUARDA	+ 575
LEIRIA	- 16
LISBOA	+ 13 893
MADEIRA	+ 535
PORTALEGRE	+ 494
PORTO	+ 8 149
SANTARÉM	+ 248
SETÚBAL	+ 955
VIANA CASTELO	+ 277
VILA REAL	+ 139
VISEU	+ 1 278
NÃO DESAGREG./P. DISTRITO	+ 771
TOTAIS	+ 39 550



## Função Pública

## Um mundo de problemas

Todos os dias há trabalhadores da Função Pública que estão em luta. O Alavanca recomenda, como exercício, que diariamente se consulte os jornais para ver quem nesse dia se está a movimentar. A surpresa pode não ter tamanho.

Os trabalhadores da Função Pública são uma força social determinante, não só na modernização, democratização e descentralização da administração como do país.

Este é também um sector onde, pela multiplicidade e diversidade das situações sociais e profissionais, mais se luta durante o ano. Não passa um dia sem que se saiba que um qualquer sector da Função Pública esteja em greve. Este é um mundo complexo e difícil onde o Governo não se cansa de errar.

O Novo Sistema Retributivo que o Governo implementou veio causar no seio dos trabalhadores da Função Pública um autêntico albatroz sísmico. As incorrecções e distorções na sua aplicação só são comparáveis à dimensão dos oceanos e estão na origem da multiplicidade de lutas e greves que o sector tem conhecido.

Por outro lado, as tentativas que o Governo tem levado a cabo, no sentido da reestruturação e privatização de serviços tem levado

ao desrespeito pelos direitos dos trabalhadores.

Vale a pena recordar que o Estado é um dos maiores empregadores de mão-de-obra precária, o que vem desmentir as afirmações de vários ministros que se mostram muito preocupados com o problema.

A ideia de que ser funcionário público é bom, porque dá segurança de emprego, é hoje um mito. Basta consultar as recentes listas de dispensados, por extinção de serviços, e excedentários.

Pode-se dizer com segurança que a administração pública é o espelho da insensibilidade governativa, aos problemas sociais. Se é assim em casa própria o que será em casa alheia.

Contando por alto, só no mês de Março, estiveram em luta cerca de 15 sectores da Função Pública, com níveis de participação verdadeiramente exemplares e demonstrativos da unidade e determinação dos trabalhadores. As vezes pode não parecer, mas quem trabalha não abdica dos seus direitos.

## Transportes

## Diálogo inexistente

Continuam os aumentos salariais feitos por actos de gestão na Carris, na CP e na TAP.

A imposição de insuficientes aumentos traduz uma inaceitável postura anti-negocial. Governo e administrações das empresas fogem ao diálogo.

Há direitos fundamentais que estão a ser postos em causa.

Uma situação insustentável?

A imposição de insuficientes aumentos salariais, feitos por acto de gestão, ao arrego do direito a negociação continuam na Carris, na CP e agora na TAP.

Esta postura anti-negocial, por parte das administrações das empresas, inspirada na conhecida aversão ao diálogo por parte do Ministro dos Transportes, faz parte da política deste Governo, para este importante sector. Refira-se que todos os pedidos de audiência feitos pelas Federações e CGTP-IN, não, obtiveram resposta até hoje.

Para além da imposição de baixos aumentos salariais, e, não satisfeitos com isso, algumas destas empresas estão a retirar direitos fundamentais aos trabalhadores e a preparar despedimentos.

Na CP encetou-se um processo de negociação que tem por base uma proposta do Conselho de Gerência, que intitulou de «Acordo Social» e que visa a redução de 2500 postos de trabalho,

reduzir os direitos sindicais na empresa, flexibilizar o horário de trabalho e manter a contenção salarial nos próximos três anos, utilizando como argumento a necessidade da modernização da empresa.

Os sindicatos não estando contra a modernização, não podem contudo aceitar que esta se faça à custa de mão-de-obra barata e dos direitos sociais dos trabalhadores.

Na TAP o Conselho de Gerência utilizando o pretexto da guerra do Golfo boicotou o processo negocial atrasando as negociações e retirou direitos. Por exemplo, reduziu o período de férias e pretende aplicar os novos salários dois meses depois da data a que estava obrigado, ou seja, a 1 de Janeiro.

Os trabalhadores exigem a reposição dos direitos e aplicação dos salários a Janeiro, o cumprimento integral do acordo de 1990 e com esse objectivo estão a lutar, tendo sido de 24 horas a greve no dia 28/3/91.

Na RN, onde se desenvolve um processo de cisão em 13 empresas, o Conselho de Administração não responde à proposta de revisão do AE apresentada pelos sindicatos, dizendo que já não tem legitimidade para negociar, mas por mais paradoxal que pareça, é o mesmo Conselho de Administração que dá orientação às empresas, entretanto criadas, para não negociar com os sindicatos.

As Federações Sindicais do Sector de Transportes estão a acompanhar todos estes processos, com preocupação, não só nas consequências que terão para os trabalhadores, mas também para a população utente.

As decisões de privatização, por parte do Governo, de segmentos de transportes, vocacionados para prestar um serviço social às populações, é uma política que deve ser denunciada e combatida pelas consequências nefastas que terá para as populações, nomeadamente daquelas mais carenciadas.

## CGTP-IN e Inter-Reformados reivindicam

## Aumento intercalar das pensões de reforma

O aumento intercalar das pensões de reforma foi reivindicado na primeira reunião do

Conselho Nacional da Inter-Reformados, que aprovou também o programa de actividades desta estrutura da CGTP-IN para 1991. Esse programa prevê, além da promoção de acções de protesto e de sensibilização das instituições e órgãos públicos, a realização de dois importantes debates em Maio e Setembro.

O primeiro terá como

tema a situação dos ex-emigrantes reformados, enquanto o segundo abordará o problema da integração social dos reformados.

O Conselho Nacional da Inter-Reformados decidiu também intensificar a luta dos reformados portugueses pela alteração da base de cálculo das pensões por forma a aproximar os seus valores dos valores dos salários auferidos à data da passagem à reforma. A Inter-Reformados defende que a idade de reforma deve ser fixada nos 62 anos para am-

bos os sexos e o 14.º mês extensivo aos regimes complementares e aos pensionistas vítimas de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

A gratuidade dos medicamentos dos doentes crónicos e o aumento da participação nos medicamentos e meios complementares de diagnóstico para todos os reformados e pensionistas é outra reivindicação que o Conselho Nacional da Inter-Reformados considera de inteira justiça satisfazer.

## BOLETIM METEOROLOGICO

A partir de agora e até sensivelmente Outubro, o tempo será marcado pela abertura da caça ao voto. Prevêem-se, por isso, perturbações no já conturbado clima de relações entre o Governo e a oposição.

Por todo o território, prevêem-se chuvas torrenciais de promessas, acompanhadas por ventos ciclónicos e ferozes.

A frente quente «lutas» continuará activa e a fazer-se sentir em todas as regiões e sectores.

Se a «frente fria antidialogante» se mantiver sobre S. Bento, é mais que certo que o céu se mantenha nublado para as bandas da paz social.

Depois de os ventos do deserto terem sacudido o globo, é previsível que a depressão «liberalismo selvagem» tente cobrir o país. Tudo dependerá da reacção que várias forças climáticas conseguirem desenvolver.

Uma boa primavera.



Gonçalves André

TODOS  
AO  
25 DE ABRIL